

É FENOMENOLÓGICA A LINGUAGEM DO TRACTATUS?

José Fernando da Silva*

RESUMO

Este trabalho discute se o sistema lingüístico do *Tractatus* é uma “linguagem fenomenológica”. Esta hipótese foi delineada por Merrill e Jaakko Hintikka em seu livro *Investigating Wittgenstein*. Examinaremos os argumentos que os autores apresentam, em especial a idéia de uma igualdade entre a essência dos objetos do *Tractatus* e os “objetos de familiaridade” (*acquaintance*), de Bertrand Russell. Concluiremos indicando porque esta leitura sobre o *Tractatus* não é correta.

Palavras-chave: linguagem, fenomenológica, objetos, proposições, fenômenos.

ABSTRACT

This paper discusses whether the linguistic system of *Tractatus* is a “phenomenological language”. This hypothesis was outlined by Merrill and Jaakko Hintikka in their book *Investigating Wittgenstein*. We will examine the arguments presented by the authors, specially the idea of equality between the essence of the objects of *Tractatus* and the Bertrand Russell’s objects of acquaintance. We conclude indicating why this lecture about *Tractatus* is not correct.

Keywords: language, phenomenological, objects, propositions, phenomena.

* Doutorando em Filosofia pela UNICAMP e Professor de Introdução à Filosofia nas Faculdades IPEP/SP.

Assim, se as passagens citadas das Philosophische Bemerkungen referem-se às anotações que Wittgenstein codificou no Tractatus (conforme argumentaremos posteriormente), segue-se que a linguagem primária (logicamente analisada) postulada no Tractatus era fenomenológica, tendo como seus objetos os dados da experiência imediata (HINTIKKA & HINTIKKA, 1986, p. 60).

Na passagem acima, Merrill e Jaakko Hintikka defendem que certas passagens das *Philosophische Bemerkungen* caracterizariam como uma “linguagem fenomenológica” o modelo delineado por Wittgenstein no *Tractatus Logico-Philosophicus*. Esta linguagem fenomenológica teria como fundamento o postulado de seus elementos simples – os nomes – serem “etiquetas” dos dados da experiência imediata. Os autores baseiam-se em especial na seguinte passagem das *Philosophische Bemerkungen*: “Não tenho agora uma linguagem fenomenológica, ou uma ‘linguagem primária’, conforme costumava chamá-la, pairando como uma meta de meu pensamento” (Wittgenstein, 1984, p. 51). Como esta passagem data de 1929, ano de retorno de Wittgenstein a Cambridge, seguir-se-ia que a referência de sua afirmação só poderia ser o *Tractatus*, livro publicado no início da década de 20, fato que então precipitou o abandono da filosofia por parte de Wittgenstein.

Quem assume esta leitura para o *Tractatus* coloca como um dos problemas centrais do livro o problema da expressão lógica dos fenômenos (dados da experiência imediata). Eis um primeiro obstáculo com que este tipo de enfoque se defronta: não podemos negar a presença deste problema no *Tractatus*, no entanto, como o termo “fenômeno” não aparece sequer uma vez no corpo do livro, devemos supor que, ainda que tal problema já se mostrasse presente no horizonte do filósofo vienense, ele não ocupava um lugar central. Na realidade, apenas nos escritos de Wittgenstein datados a partir de 1929 o uso do termo “fenômeno” adquire relevância. Examinemos primeiro o sentido que Wittgenstein atribuiu a esta noção após seu retorno à filosofia.

No artigo *Some Remarks on Logical Form*, publicado em fevereiro

de 1929, Wittgenstein atribui à análise lógica a tarefa de realizar uma investigação lógica a respeito dos fenômenos (Cf. Wittgenstein, 1993, p. 32) e, quando esclarece ao leitor como se daria tal análise, revela-nos que por "fenômeno" entendia aqueles dados imediatos (atuais) que conhecemos e que, necessariamente, se constituem em graus de um dado sistema. Exemplos de fenômenos seriam cores, sons, pontos espaciais, instantes de tempo, etc. (Wittgenstein, 1993, p. 33).

No período intermediário entre o *Tractatus* e a elaboração das *Philosophische Untersuchungen*, Wittgenstein utiliza o termo "fenômeno" para designar aquilo que, dentro da tradição filosófica, referir-se-ia ao imediato, ao primário, aos *sense-data*, determinando como requisito básico à sua significação pensá-los como graus de sistemas. É sobre esta propriedade necessária aos fenômenos que o filósofo irá fixar sua atenção.

Quando Wittgenstein postula que fenômenos apenas podem ser pensados como graus de sistemas, está ressaltando sua subordinação a uma propriedade *lógica*. Wittgenstein ilustrou os contornos desta propriedade a partir do exemplo de alguém que durante toda sua vida morou em um quarto *totalmente* vermelho. Wittgenstein nos propõe a seguinte questão: seria possível a esta pessoa formular a proposição afirmativa "Todo o meu mundo é vermelho"? Se fosse possível a formulação desta proposição isto demonstraria que tal sujeito não conhece apenas a cor "vermelho", mas todo o sistema cromático: quando dizemos "todo o meu mundo é vermelho", também afirmamos a possibilidade de que ele poderia não sê-lo (Cf. Waismann, 1973, p. 65, 88). Em outras palavras: "quando digo, por exemplo, tal ponto do campo visual é azul, com isto também sei que o ponto não é verde, nem amarelo, nem vermelho, etc. Num instante aplico toda *escala cromática*". (Waismann, 1973, p. 64). Assim, a possibilidade de um fenômeno ser pensado e expresso lingüisticamente, necessariamente está associada à sua natureza de grau de um sistema. Não há qualquer passagem na obra de Wittgenstein em que ele tenha rejeitado ou contestado esta concepção.

No *Tractatus*, Wittgenstein *não* utiliza o termo "fenômeno".

Sabemos que na obra ele dedica alguma atenção ao problema da expressão lógica das cores, inclusive já postulando a concepção de “fenômeno” que, posteriormente, será explicitamente assumida. Este é o caso quando Wittgenstein afirma que a possibilidade de pensar as cores se segue da idéia destas — como de resto também outras modalidades fenomênicas — serem, necessariamente, elementos de um sistema (Wittgenstein, 1993a, 2.0131, 2.151, 6.3751).

Cabe-nos neste instante formular a seguinte questão: como seriam os contornos da linguagem fenomenológica que Wittgenstein recusa ao final de 1929?

“Anteriormente acreditei que existisse a linguagem ordinária, com a qual habitualmente nos comunicamos, e uma linguagem primária, que expressaria o que realmente conhecemos, ou seja, os fenômenos”. (Waismann, 1973, p. 45). Nesta passagem, Wittgenstein parece acreditar que, além da linguagem ordinária (nosso instrumento habitual de comunicação), haveria também uma linguagem primária, ou seja, um simbolismo que fosse realmente apto à expressão daquilo que realmente conheceríamos (a instância fenomênica), algo que, assim deduzimos, a linguagem ordinária não se mostraria apta a realizá-lo. Questão: esta passagem teria como referência o projeto que o filósofo edificou no *Tractatus*?

“A linguagem ordinária é parte do organismo humano e não menos complicada que ele. É humanamente impossível retirar dela, de modo imediato, a lógica da linguagem”. (Wittgenstein, 1993a, 4.002). Nesta passagem do *Tractatus*, Wittgenstein, do mesmo modo que seus mestres Frege e Russell, descarta a possibilidade da linguagem ordinária ser um instrumento adequado à apreensão da essência da lógica, por isso a necessidade da utilização de uma linguagem menos complexa, digamos que um simbolismo “primário”, relativamente à linguagem ordinária.

A hipótese da identificação entre o sistema lingüístico do *Tractatus* e o projeto de uma linguagem fenomenológica não parece, de acordo com esta passagem, um disparate. Na passagem acima, Wittgenstein afirma a necessidade de se afastar da linguagem ordinária. Caracterizando-a como muito complexa, ele está sugerindo, de certo modo, o uso de uma linguagem primária a fim de

alcançarmos a lógica da linguagem, e por extensão, o que efetivamente conheceríamos. A seguir examinaremos alguns dos argumentos que podem ser apresentados em favor desta leitura.

2

No livro *Investigating Wittgenstein*, Merrill e Jaakko Hintikka postulam a existência de dois projetos lingüísticos no interior da obra de Wittgenstein: no primeiro, delineado no *Tractatus*, Wittgenstein teria elaborado a concepção de uma linguagem fenomenológica; abandonando este projeto em 1929, o filósofo teria assumido uma segunda concepção de linguagem, uma “linguagem fisicalista”. Vejamos porque os autores postulam a linguagem delimitada no *Tractatus* como fenomenológica.

Podemos dividir em dois grupos os argumentos que eles nos apresentam, nomeando-os, respectivamente, de “argumentos internos” e “argumentos externos”. O primeiro grupo se fixa numa leitura do *Tractatus* que evidenciaria a hipótese que os autores defendem; o segundo grupo consiste, basicamente, na leitura de passagens de outras obras de Wittgenstein, que fariam referência ao caráter fenomenológico dos objetos do *Tractatus*. Como este segundo grupo de argumentos é usado apenas como elemento de apoio e justificativa ao primeiro grupo, nossa exposição se centrará sobre os “argumentos internos”.

O ponto central da argumentação reside na tentativa de caracterizar os objetos do *Tractatus* como objetos da experiência imediata, portanto similares aos *data* da relação de familiaridade que Bertrand Russell postula, especialmente em *Theory of Knowledge*.

O primeiro indício de similaridade entre os objetos tractatianos e os objetos de familiaridade de Russell estaria naquilo que os dois comentadores chamam de “inefablidade da existência dos objetos” (Cf. Hintikka & Hintikka, 1986, p. 46). No aforismo 3.221 do *Tractatus* lemos que apenas podemos *nomear* os objetos, não sendo possível descrevê-los. Não podemos afirmar sobre eles quais seriam e quais não seriam suas propriedades constitutivas. Segue-se deste aforismo que também a própria existência dos objetos não pode

ser afirmada ou negada: na medida em que apenas podemos nomear os objetos, então sua existência é inefável¹. A principal consequência que os Hintikka vêem associada à inefabilidade da existência dos objetos está em que, “todos os ‘nomes’, para usar a terminologia de Wittgenstein, não são vazios” (Cf. Hintikka & Hintikka, 1986, p. 48). Ou seja: necessariamente todo nome nomeia algo. Assim, a possibilidade de pensarmos os objetos apenas poderia ser garantida se estes fossem objetos de nossa familiaridade (*acquaintance*), similares aos simples que Russell propõe em seu livro *Theory of Knowledge*. Examinemos mais de perto este aspecto do pensamento russelliano.

Russell afirma que os elementos fundamentais à sua epistemologia são entidades que necessariamente devem existir:

Se um objeto é dado por uma familiaridade (acquaintance), então tem uma determinada relação com o sujeito que está se familiarizando com ele. Isto, porém seria sem sentido (meaningless) se não houvesse tal objeto. Um objeto de familiaridade é um objeto a respeito do qual podemos dar um nome próprio, em oposição a uma descrição; (...) Um nome próprio que não nomeia a nada não é um nome próprio, mas um barulho sem qualquer significação (meaningless noise).(Russell, 1984, p. 48).

Aquilo que Russell entendia como elemento básico de nosso conhecimento do mundo recebeu diferentes definições no interior de sua atividade filosófica². O privilégio que os Hintikka concebem

¹ No *Tractatus* é vetada a possibilidade de se fazer qualquer asserção sobre a existência de objetos. Quando afirmamos a proposição “A existe”, não podemos considerar “A” como o nome de um objeto, pois, se o fizermos, estaremos afirmando uma proposição disparatada. A simples nomeação do objeto A com a etiqueta “A” já pressupõe sua existência. Em outras palavras: se nomes apenas nomeiam, a existência do nomeado é pressuposta no ato de nomeação.

² Diversas vezes Bertrand Russell alterou o significado dos termos básicos de sua concepção epistemológica. Eis uma sucinta descrição da evolução histórica destas alterações: *sense-data* e ‘familiaridade’ são pela primeira vez utilizados

ao livro *Theory of Knowledge* é justificado do seguinte modo: a partir da leitura de seu manuscrito, datado de 1913, Wittgenstein teria “retirado” da obra não apenas a formulação de sua teoria da figuração lógica (a partir da crítica que então dirigiu à teoria do juízo que o livro apresentava), como também a idéia de que toda linguagem é construída a partir de elementos simples, os objetos do mundo (Hintikka & Hintikka, 1986, pp. 52-3). Segundo estes comentadores, as diversas posições que Russell assume em seus livros sobre o fundamento de nosso conhecimento, diferem quanto ao modo como este caracterizou a relação dos objetos com o sujeito, não havendo substancial alteração quanto à definição do objeto envolvido na relação (Hintikka & Hintikka, 1986, p. 71).

Vejamos o que Russell nos fala em *Theory of Knowledge*. Sua preocupação central é delinear bases seguras à epistemologia. As

em seu livro *The problems of philosophy*, de 1912, texto em que o filósofo já afirma como base de nosso conhecimento a relação de familiaridade, relação que, neste momento, é definida como constituída por “algo com o qual temos uma consciência (*aware*) direta, sem qualquer intermediação de qualquer processo de inferência ou qualquer conhecimento de verdade” (Russell, 1918, p. 73); os elementos envolvidos na relação seriam um sujeito e um objeto, podendo o objeto ser um *sense-data* – “entidades” externas ao sujeito (cores, ruídos, etc.) – ou ainda objetos mentais (memória, introspecção, etc.) (Russell, 1918, pp. 20, 115). No ano seguinte, Russell escreveu o malfadado *Theory of Knowledge*, texto em que incluiu objetos lógicos (forma, conectivos, universais, etc.) em sua lista de objetos de familiaridade (Russell, 1984, p. 99). Após receber severas críticas de Wittgenstein, Russell abandonou a idéia da existência de “objetos lógicos”. Em 1914, nas conferências compiladas sob o título *Nosso conhecimento do mundo exterior*, Russell procura delinear como, a partir dos dados da experiência imediata, conhecemos o mundo da física. Neste momento ele abandona a idéia do nosso conhecimento do mundo físico ser o produto de uma inferência, passando a concebê-lo como uma construção lógica que operamos a partir da sobreposição de diferentes perspectivas sensoriais (Cf. Russell, 1966, cap. II). As mesmas idéias aparecem no livro de 1918, *Mysticism and logic*. Em *A análise da mente*, de 1921, Russell se desvincula do requisito da existência de um sujeito numa relação de *acquaintance*: assumindo tese humeana, o filósofo saxão afirma que apenas podemos nos referir à existência de certas propriedades e ocorrências que parecem formar uma classe, donde não se segue a existência de uma entidade, o sujeito; este seria uma entidade metafísica, dado não poder ser catalogado entre os objetos da experiência imediata (Cf. Russell, 1971, cap. VII).

teses que ele nos expõe se inserem dentro da tradição empirista saxã, sempre preocupada em buscar na experiência o suporte de nosso conhecimento. Assim, o conhecimento humano parte da experiência, precede a toda forma de inferência e tem como ponto central *relações de familiaridade* (Russell, 1984, p. 47).

A experiência, enquanto base de nosso conhecimento, define-se como uma relação entre um sujeito mental e um objeto que pode ser ou pode não ser mental (Russell, 1984, p. 35, 44); esta relação se constitui numa relação de familiaridade (Russell, 1984, *idem*). Esta relação teria dois aspectos básicos: em primeiro lugar, ela deve estar num tempo presente (Russell, 1984, p. 100), pois uma relação com características opostas constituir-se-ia em algo decorrente de uma inferência; o segundo aspecto fundamental é a idéia de que o objeto envolvido na relação deve necessariamente existir (Russell, 1984, p. 48). O sujeito é pensado como uma entidade que deve estar aquiescida com algo, ou seja, "sujeito" é o domínio da relação, enquanto que a entidade aquiescida recebe o nome de "objeto", constituindo-se no domínio inverso da relação (Russell, 84, p. 35).

Segundo Russell, o termo "sujeito" não implica a postulação de um "eu", no sentido psicológico: a relação de familiaridade carece apenas de que algo esteja aquiescido com outra entidade, significando isto que, para Russell, "sujeito" denota um termo universal, no sentido do conceito não remeter a uma ou outra pessoa em particular, conforme se dá com "eu" (Russell, 1984, p. 36).

Para Russell, um objeto envolvido numa relação de familiaridade é logicamente classificado como um particular, um universal ou um objeto lógico. Vejamos de maneira mais detalhada cada uma destas possibilidades.

i) Objetos particulares são sempre mentais, e se subdividem de acordo com o modo como se efetiva sua relação com o sujeito, naquilo que esta relação tem de temporal: "sensações" designa objetos mentais que abrangem tanto a dados do sentido (sons, cores, odores, etc.) quanto a dados da introspecção (Russell, 1984, p. 65-6) e, fundamentalmente, mantêm uma relação temporal simétrica com o sujeito, ou seja, o sujeito e o objeto se dão simultaneamente (Russell, 1984, p. 66); "memória imediata" refere-se a um objeto

mental que se dá em um tempo presente, mas que não se refere a algo da experiência presente, o que significa que o objeto da memória sempre precede temporalmente ao sujeito (Russell, 1984, p. 70-2); por fim, Russell também nos fala da 'imaginação', um particular que tem uma relação temporal completamente livre de regras com o sujeito, pois, aquilo que constitui este particular é um objeto que pode estar em qualquer tempo (passado, presente ou futuro) ou simplesmente não estar no tempo (Russell, 1984, p. 56).

ii) Os objetos universais com que nos aquiescemos são chamados de "conceitos" (Russell, 1984, p. 101). Eles não são mentais, podem ser relações ou predicados. Vejamos mais de perto esta subdivisão.

Nosso conhecimento de um complexo como "A está ao lado de B" deve ser entendido como significando que conhecemos os termos 'A' e 'B', e também o termo relacional, sendo os dois primeiros particulares e o termo relacional um universal. Assim, "assumimos que entre os complexos (AB) e (CD) percebemos certa similaridade que não depende de qualquer identidade dos termos, e é encontrada subsistindo entre alguns complexos duais, mas não entre outros. Podemos definir a relação de todos estes complexos como a classe deles" (Russell, 1984, p. 84).

Quanto aos predicados: estes seriam universais na medida em que dizemos "Isto é branco" ou mesmo "Aquilo é branco", e tais afirmações se constituem como válidas se existe algo comum aos diferentes particulares da brancura (RUSSELL, 1984, p. 91)

iii) Os objetos lógicos seriam objetos com os quais teríamos uma experiência lógica. Quando tomamos conhecimento de uma proposição, p. ex. "Platão foi discípulo de Sócrates" (o exemplo é nosso), conhecemos o significado dos termos "Platão", "Sócrates", a relação "ser discípulo de" e também um outro elemento da proposição, a saber, sua forma lógica. Objetos lógicos incluiriam universais como relações e predicados, "além de palavras como 'ou', 'não', 'todo' e 'algum'" (Russell, 1984, p. 101).

No livro *Investigating Wittgenstein*, Merrill e Jaakko Hintikka defendem uma relação de similaridade entre os objetos do *Tractatus* e o segundo grupo de objetos da relação de familiaridade (Hintikka

& Hintikka, 1986, pp. 32, 55), no caso o subgrupo dos predicados. Segundo os autores, uma vantagem que ganharíamos assumindo esta leitura da essência dos objetos do *Tractatus* estaria na maior clareza em relação à compreensão do livro. Por exemplo: a partir dela se findaria todo o mistério que envolve as afirmações de Wittgenstein sobre a identidade entre as teses do solipsismo e do realismo puro. Vejamos mais de perto este argumento.

A partir da afirmação dos objetos do *Tractatus* como sendo a substância do mundo (Wittgenstein, 1993a, 2.021), Merrill e Jaakko Hintikka acreditam que os aforismos 5.6 e 5.62, respectivamente, "os limites de minha linguagem denotam os limites de meu mundo" e "que o mundo seja meu mundo se mostra porque os limites da linguagem (da única linguagem que posso compreender) denotam os limites de meu mundo", se esclarecem se assumimos "que o limite do qual ele fala aqui é um limite determinado pela totalidade dos objetos" (Hintikka & Hintikka, 1986, p. 57). Assim, "mundo" eqüivale a "meu mundo" porque os objetos que formam sua substância são os objetos da experiência do sujeito (Hintikka & Hintikka, 1986, p. 57-9). Segue-se que solipsismo e realismo puro seriam coincidentes porque a significação de ambos os conceitos delinea-se a partir dos dados da experiência imediata. Ainda que certo em suas teses erraria o solipsista ao pretender falar sobre aquilo que apenas pode ser nomeado.

Os autores sustentam que não apenas a possibilidade de interpretação do problema do solipsismo, mas que também um grupo de aforismos (2.0131, 2.0251, 4.123 e 6.3751) confirmariam o caráter fenomênico dos objetos do *Tractatus*. Acreditamos que a leitura dos Hintikka esteja incorreta, pois nestes aforismos Wittgenstein não se refere ao termo técnico "objeto". Vejamos isto mais de perto. Começemos recordando o conteúdo destes aforismos, naquilo que interessa ao nosso problema.

2.0131. (...) A mancha no campo visual não deve, pois, ser vermelha, mas deve ter uma cor; tem, por assim dizer, um espaço das cores em volta de si. O som deve ter uma altura, o objeto do tato uma dureza, etc.

2.0251. Espaço, tempo e cor (coloridade) (*Färbigkeit*) são formas

dos objetos. 4.123. Uma propriedade é interna quando é impensável que seu objeto não a possua.

(Esta cor azul e aquela estão na relação interna do mais claro ao mais escuro *eo ipso*. É impensável que *estes* dois objetos não estejam nesta relação).

(Ao emprego impreciso das palavras ‘propriedade’ e ‘relação’ corresponde também o emprego impreciso da palavra ‘objeto’).

6.3751. Que, por exemplo, duas cores estejam concomitantemente num mesmo espaço do campo visual é impossível, na verdade logicamente impossível, pois isto é excluído pela estrutura lógica da cor. (...).

Que indícios estes quatro aforismos teriam em comum favoravelmente a uma leitura fenomenológica do sistema lingüístico do *Tractatus*? Podemos assumir que estes aforismos caracterizam a necessidade dos estados de coisas possuírem uma coloridade, uma espacialidade, de estarem num instante do tempo etc. Porém, será isto suficiente para a caracterização da essência fenomenológica do *Tractatus*? De acordo com este enfoque, os objetos do *Tractatus* não seriam particulares (uma mancha azul, um ruído qualquer, etc.) (Hintikka & Hintikka, 1986, p. 33-4), mas as propriedades (cor, som, etc) que subsistem a estes particulares. Isto delinearía os objetos tractatianos como atemporais (Hintikka & Hintikka, 1986, p. 69).

Analisemos os aforismos 4.123 e 6.3751. O aforismo 6.3751 evidencia as cores como fatos (*Tatsachen*), apresentando-as como logicamente estruturadas, e, portanto, como expressas por proposições complexas. Quanto ao aforismo 4.123, sua preocupação central é definir o significado de “propriedade interna”, assinalando a idéia da impossibilidade de expressá-las através de proposições (Wittgenstein, 1993a, 4.122). Ocorre que o próprio Wittgenstein então salienta que está utilizando o termo “objeto” de uma maneira livre, portanto de forma desvinculada do rigoroso significado que ele tem no interior da ontologia do livro.

Vejamos agora os aforismos 2.0131 e 2.0251. O aforismo 2.0131 procura elucidar o aforismo 2.013, passagem em que Wittgenstein afirma que todo objeto está num espaço de estado de coisas possí-

veis. Cremos que o aforismo 2.0131 é uma analogia que visa esclarecer como deve ser este “espaço de estados de coisas possíveis”. Assim, do mesmo modo que o objeto espacial deve ter à sua volta o espaço infinito, a mancha de cor deve ter o espaço das cores à sua volta (deve ocupar um lugar no espectro), o objeto simples, que é substância do mundo, deve estar em um espaço lógico. Do fato de Wittgenstein exemplificar seu esclarecimento utilizando termos como cor, som etc., não se segue que estes sejam exemplos de objetos. No aforismo 6.3751 o filósofo afirma a impossibilidade de *sense-data* serem pensados como logicamente simples, pois, relativamente a uma dada circunstância, são logicamente contraditórios. Deste modo, podemos concluir que, no aforismo 2.0231, Wittgenstein adota um procedimento de exposição similar ao que emprega no aforismo 6.3751: se neste último aforismo Wittgenstein utiliza-se de um exemplo retirado da Física para exemplificar a relação de incompatibilidade lógica entre fenômenos, no aforismo 2.0131 estes termos ocorrem como recurso ilustrativo à afirmação de que um objeto é impensável fora de um estado de coisas.

Quanto ao aforismo 2.0251, aplica-se um raciocínio semelhante: Wittgenstein também emprega uma analogia. Ele não afirma que a cromaticidade seja a forma de um objeto, mas apenas usa este termo como recurso à elucidação das relações que um objeto mantém com sua forma.

3

Concluindo: podemos refutar a hipótese levantada por Merrill e Jaakko Hintikka devido a estas razões:

i) Vimos que a hipótese que identifica os objetos do *Tractatus* com os dados da experiência imediata não encontra um apoio concludente nos aforismos em que Wittgenstein associa o termo “objeto” a conceitos que expressam alguma natureza fenomênica. Há, porém, um outro aspecto que nos parece determinante à refutação desta hipótese: os objetos de familiaridade russellianos possuem um perfil epistemológico, ou seja, desempenham o papel de unidades mínimas sobre as quais Russell supõe que o sujeito

cognoscente constrói o mundo exterior. Esta constatação serve para nos lembrar que existe um enorme abismo entre as propostas filosóficas de Russell e as de Wittgenstein, de onde se segue que a suposta identidade entre os objetos tractatianos e os objetos de familiaridade russellianos se revela um postulado no mínimo dúbio.

Lembremos que Russell, numa perspectiva pré-kantiana, deseja indicar – sob a luz de um sujeito que conhece fundamentalmente no plano mental e que deveria ser pensado como mais um elemento do mundo – as bases daquilo que conhecemos. Wittgenstein, por outro lado, trabalha no *Tractatus* dentro de uma perspectiva kantiana, consubstanciada em sua intenção de traçar os limites daquilo que pode ser dito. Dentro desta visão, no *Tractatus* o termo “objeto” é usado como um modelo lógico, cujas articulações com outros elementos similares constituem espécie de condição lógica que torna possível se pensar um modelo ontológico e a possibilidade de representação deste modelo.

Em outros termos: parece-nos que, mesmo que assumamos que Wittgenstein adotou apenas parte do conceito russelliano dos objetos de familiaridade, ainda assim a essência filosófica dos objetivos de Russell e Wittgenstein revela-se muito diferentes. Ao delinear objetos simples, Russell busca as bases cognitivas que possibilitam o acesso ao mundo; Wittgenstein, numa perspectiva bem distinta, procura delinear com seus *simples* os objetos básicos a todo mundo logicamente possível.

ii) A aceitação desta identidade proporciona muito mais dificuldades do que uma efetiva compreensão do *Tractatus*. Há uma diferença essencial, diríamos que intransponível, entre as duas definições de *simples*, a saber: enquanto os objetos russellianos são logicamente autônomos, pois “todo particular que existe no mundo não depende logicamente de modo algum de qualquer outro particular” (Russell, 1978, p. 73), os objetos tractatianos são logicamente dependentes, dado que apenas podemos pensá-los numa conexão com outros objetos no interior de estados de coisas (Wittgenstein, 1993a, 2.011). Assim, se para Russell as conexões entre os elementos simples seriam logicamente aleatórias, para Wittgenstein elas teriam o estatuto de logicamente necessárias.

iii) Gera menos distúrbios a leitura do conceito "objeto" como condição essencial à possibilidade de se pensar o conceito "mundo". Podemos afirmar, neste sentido, que "objeto" desempenha no *Tractatus* o papel de um transcendental kantiano. Toda a polêmica em torno dos objetos do *Tractatus* se consubstancia na tentativa de se explicitar o que seria esta substância última e indestrutível do mundo. O que devemos reter em relação aos objetos é a idéia destes pertencerem à ontologia do *Tractatus* e que, no interior desta, nenhum conceito ultrapassa os limites de modelos gerais e vazios, aplicáveis a todo mundo logicamente possível. Em momento algum sugere-nos Wittgenstein que restrinjamos esta ontologia a determinado mundo, seja este fenomenológico ou fisicalista. Assim, "objeto" é usado por Wittgenstein num âmbito puramente lógico, no sentido de apontar que todo mundo logicamente possível deve alicerçar-se sobre elementos simples e logicamente articulados. Em nenhum momento o filósofo manifesta a preocupação de determinar o perfil epistemológico destes objetos⁴. Essencialmente, os objetos do *Tractatus* são apresentados como determinantes da forma do mundo, não de suas propriedades materiais (Wittgenstein, 1993a, 2.024), por isso a linguagem que é isomórfica a todo mundo logicamente possível também dispensa a determinação de qualquer propriedade material, conforme sugestão acima investigada.

BIBLIOGRAFIA

HINTIKKA, M. & HINTIKKA, J. **Investigating Wittgenstein**. Oxford: Blackwell, 1986.

³ A este respeito, lembremos o diálogo que Norman Malcolm relata ter tido com Wittgenstein, poucos anos antes de sua morte:

"Perguntei a Wittgenstein se ao escrever o Tractatus tinha decidido a respeito do que seria um exemplo de um 'objeto simples'. Sua resposta enfatizou que, naquela época, seu pensamento se consubstanciava sobre a idéia de que ele era um lógico, não lhe cabendo decidir se esta ou aquela coisa seria um objeto ou um complexo. Isto era um problema puramente empírico!" (Malcolm, 1984, p. 86).

MALCOLM, N. **Wittgenstein: a memoir**. Oxford: Oxford University Press, 1984.

PEARS, Davis. The relation between Wittgenstein's theory of propositions and Russell's theories of judgment. In **The Philosophical Review**, april, 1977, p.177-88.

RUSSELL, B. **The problems of philosophy**. London: Williams and Norgate, 1918.

_____. **Mysticism and logic**. London: Longman, 1925.

_____. **Nosso conhecimento do mundo exterior**. São Paulo: Nacional, 1966.

_____. **A análise da mente**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

_____. **Ensaios escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. **Theory of Knowledge: the 1913 manuscript**. London: George Allen & Unwin, 1984.

WAISMANN, F. **Ludwig Wittgenstein y el Circulo de Viena**, México: Fondo de Cultura Económica, 1973.

WITTGENSTEIN, L. **Philosophische Bemerkungen**. Frankfurt: Suhrkamp, 1984.

_____. Some remarks on logical form. In **Philosophical occasions**. Indianapolis: Hackett, 1993.

_____. **Tractatus Logico-Philosophicus**. São Paulo: Edusp, 1993.

Data de Registro: 02/10/02

Data de Aceite: 31/03/03